

Resolução FAPEMA nº 07, de 03/05/2022

Regulamenta o apoio aos Programas de Pós-Graduação vinculados a Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas no estado do Maranhão, para publicação de artigos científicos, tecnológicos e de inovação.

A Diretoria Executiva da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, **FAPEMA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 21.012, de 12/01/2005, em seu Art. 5º, incisos I, III, IV, V, VI e XIII, pelo Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 21.013, de 12/01/2005, em seu Art. 3º, incisos II, IV, V, VI, VII e XVI, no Caput e parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal, no Art. 2º da Lei Nº 9.784/1999, na Lei n.º 9.279/1996 (Propriedade Industrial), na Lei n.º 9.609/1998 (Programas de Computador), na Lei n.º 9.610/1998 (Direitos Autorais) públicas, no Decreto nº 2.553/1998 (Premiação para inventores de instituições públicas), e no Manual de Execução e Prestação de Contas da FAPEMA, resolve:

Seção I. Das Disposições Gerais

Art. 1º Instituir em caráter especial a modalidade de apoio aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (PPG) vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas no estado do Maranhão, para publicação de artigos científicos, tecnológicos e de inovação, em todas as áreas de conhecimento, de forma a contribuir para a disseminação do conhecimento produzido e para o desenvolvimento do Maranhão.

Art. 2º Apoiar financeiramente pesquisadores de PPGs com **artigos publicados ou aceitos em periódicos**, em todas as áreas de conhecimento, com classificação Qualis CAPES A1, A2, B1 e B2 ou com fator de impacto igual ou superior a 1,00 (um).

Art. 3º O benefício anual destinado a cada PPG será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo até R\$ 3.000,00 (três mil reais) por artigo, destinado ao pesquisador(a) a ser indicado(a) pelo colegiado do programa, doravante proponente, sob a modalidade de **auxílio financeiro ou ressarcimento financeiro** das despesas comprovadas com o aceite ou publicação de artigos.

Art. 4º A **data da publicação ou aceite do artigo** deverá corresponder ao ano corrente do benefício ao PPG.

Art. 5º O **prazo para solicitação** do auxílio será até 31 de outubro do ano corrente do benefício ao PPG, data em que a função de submissão desse auxílio ficará indisponível na plataforma PATRONAGE.

Parágrafo único. Artigos publicados ou aceitos em periódicos após a data de 31 de outubro poderão solicitar o benefício no ano subsequente.

Seção II. Dos Critérios De Elegibilidade

Art. 6º Os PPGs elegíveis para receber o aporte financeiro devem:

I. Ser recomendados pela CAPES e possuir conceito igual ou superior a 03 (três), ou conceito A para programas novos;

II. Estar vinculado a IES, públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas no estado do Maranhão. Em caso de programas em rede, ter ponto focal no estado do Maranhão.

Art. 7º Compete ao Colegiado do PPG eleger os(as) pesquisadores(as)-proponentes que poderão solicitar o referido benefício.

Art. 8º O(a) proponente elegível para receber o aporte financeiro deve:

I. Ser pesquisador(a) com vínculo empregatício efetivo, ou aposentado, em Instituição de Ensino Superior ou de Pesquisa, públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas no Maranhão;

II. Ser docente permanente em PPG *stricto sensu* ligado à Instituição de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas no Maranhão;

III. Ser autor(a) do artigo aceito e/ou publicado;

IV. Ter sido indicado em reunião do Colegiado do PPG;

V. Submeter a proposta via plataforma PATRONAGE: <https://patronage.fapema.br/>;

VI. Estar adimplente com a FAPEMA e com o estado do Maranhão.

Parágrafo único. O(A) pesquisador(a)-proponente que solicita o(s) benefício(s) previsto(s) nesta resolução, obrigatoriamente, deverá ser o(a) autor(a) que realizará o pagamento da taxa de submissão e/ou publicação do artigo junto ao periódico.

Seção III. Dos Benefícios

Art. 9º Admitir-se-á para esta resolução o financiamento de despesas de custeio a serem utilizadas nos seguintes **itens financiáveis**:

I. Taxa de submissão;

II. Taxa de publicação;

III. Serviços de terceiros (tradução e/ou revisão).

Art. 10 É vedada a utilização dos recursos para:

I. Itens de capital, abrangendo equipamentos e materiais permanentes;

II. Complementação salarial de pessoal técnico;

III. Pagamento, a qualquer título, por serviços de consultoria;

IV. Cobranças a título de despesas, taxas administrativas ou qualquer outra nomenclatura que possa ser dada, a serviços de gestão financeira dos recursos repassados;

V. Despesas referentes a impostos, como Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Seção IV. Da Solicitação

Art. 11 Para solicitar o auxílio à publicação, o(a) proponente deverá preencher o **Formulário de Solicitação**, incluindo o orçamento eletrônico, via plataforma PATRONAGE.

Parágrafo único. O orçamento eletrônico deverá conter a especificação da despesa e justificativa, obedecendo estritamente os itens financiáveis (Art. 9º desta resolução), apresentado em moeda nacional brasileira, ainda que para publicações internacionais.

Art. 12 Cada proposta deverá contemplar apenas 01 (um) artigo.

Parágrafo único. Propostas distintas destinadas ao apoio do mesmo artigo, submetidas por proponentes diferentes ou pelo mesmo proponente, serão desenquadradas.

Art. 13 Durante a submissão eletrônica, deverão ser anexados os documentos em formato “PDF” com o tamanho máximo de 02 (dois) *megabytes*:

I. Proposta: título do artigo; nome do(a) autor(a) (proponente da proposta); instituição de vínculo do(a) proponente; nome do periódico; área de avaliação do artigo; *Qualis* CAPES do periódico na área de avaliação (*quando houver*), conforme classificação CAPES (Quadriênio 2013-2016); fator de impacto do periódico (*quando houver*); resumo do trabalho (em português);

II. Artigo publicado com o nome dos(as) autores(as) e Nota Fiscal em nome do(a) proponente relativa à taxa de publicação (*em caso de artigo publicado*) ou Carta de aceite incluindo o valor da taxa de publicação (*em caso de artigo ainda não publicado*);

III. Nota(s) Fiscal(is) em nome do(a) proponente relativa aos itens financiáveis (*em caso de ressarcimento*);

IV. RG e CPF;

V. Comprovante de vínculo com um PPG sediado no Maranhão, na condição de professor(a) permanente, emitido pelo(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação ou Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação;

VI. Declaração do Colegiado do PPG indicando o(a) pesquisador(a) e o artigo que receberá o benefício.

Art. 14 Obrigatoriamente, o artigo deverá fazer referência ao apoio da FAPEMA, sendo critério de enquadramento.

Seção V. Da Análise E Dos Resultados

Art. 15 Compete à coordenação do Setor de Auxílios a análise de enquadramento, em atendimento aos preceitos, prazos e a documentação estipulada nesta resolução.

Art. 16 Compete ao Comitê Gestor, formado pela Diretoria Executiva, a coordenação do Setor de Auxílios e Prestação de Contas da FAPEMA, a análise da proposta e análise orçamentária considerando os aspectos de adequação do orçamento e coerência com os itens financiáveis.

Art. 17 Os Resultados serão publicados no portal da FAPEMA no endereço <https://www.fapema.br/> e no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

Seção VI. Da Implementação E Da Contratação

Art. 18 Via plataforma PATRONAGE, o(a) proponente deverá:

I. Assinar eletronicamente o **Formulário de Solicitação**: na aba “*em vigência*”, clicar no ícone “*imprimir*”, localizar o documento “*formulário de solicitação*” e, após revisão, clicar em “*assinar eletronicamente*”;

II. Anexar o **orçamento** com os devidos ajustes (caso o valor aprovado seja diferente do valor solicitado): na aba “*em vigência*”, clicar no ícone “*serviços*”, em seguida, clicar em “*recurso/autorização*” e anexar o documento em PDF;

III. Inserir os **dados bancários** (constando agência e conta corrente) e anexar o comprovante

de conta corrente no Banco do Brasil: na aba “*em vigência*”, clicar no ícone “*serviços*” e clicar em “*dados bancários*”.

Art. 19 As propostas enquadradas serão contratadas mediante Termo de Outorga (T.O.).

Parágrafo único. Para assinatura eletrônica do T.O., o(a) proponente deverá acessar na PATRONAGE a aba “*em vigência*”, clicar no ícone “*imprimir*”, localizar o T.O. e, após a revisão, clicar em “*assinar eletronicamente*”.

Art. 20 O(A) proponente deverá estar adimplente junto ao Governo do Maranhão para a contratação da proposta, que será verificada pela equipe técnica da FAPEMA, por meio da certidão do Cadastro Estadual de Inadimplentes.

Seção VII. Da Vigência E Das Obrigações Do Proponente

Art. 21 As propostas apoiadas terão vigência de **06 (seis) meses**, a contar da assinatura do Termo de Outorga (T.O.).

Parágrafo único. A prestação de contas deverá ser encaminhada em até **30 (trinta) dias** após o término da vigência, em conformidade com o T.O. e demais normas da FAPEMA.

Art. 22 Eventuais pedidos de prorrogação de prazo deverão ser solicitados pelo(a) proponente à Diretoria Científica da FAPEMA para análise, via PATRONAGE no campo Recurso/Autorização, acompanhada de justificativa, no mínimo **30 (trinta) dias antes** do encerramento do período da vigência informado no T.O.

Art. 23 O(A) outorgado(a) assume os seguintes compromissos:

I. Ser responsável por todas as obrigações contratuais e pela correta aplicação dos recursos públicos recebidos;

II. Permitir que a FAPEMA, a qualquer tempo, fiscalize a execução do auxílio e da utilização do recurso público;

III. Apresentar a prestação de contas no prazo e nos moldes estabelecidos no Termo de Outorga e de acordo com o Manual de Execução e Prestação de Contas da FAPEMA disponível em <https://www.fapema.br/wp-content/uploads/2019/04/Manual-de-Execucao-e-Prestacao-de-Contas-2019.pdf>.

IV. Executar os recursos conforme orçamento aprovado;

V. Apresentar o artigo devidamente publicado.

Parágrafo único. O proponente deverá entregar Nota Fiscal durante a prestação de contas, no caso da não apresentação da Nota Fiscal no ato da submissão da proposta.

Seção VIII. Das Disposições Finais

Art. 24 As solicitações dos benefícios dar-se-ão em fluxo contínuo na plataforma PATRONAGE. E os resultados serão divulgados mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Art. 25 Os artigos contemplados por esta Resolução não receberão apoio por meio de outros editais da FAPEMA.

Parágrafo único. Solicitações a editais de outro órgão de fomento para o mesmo artigo só serão permitidas, quando o valor solicitado à FAPEMA for inferior ao valor total da publicação.

Art. 26 A concessão do apoio poderá ser cancelada pela FAPEMA durante sua implementação, por motivo de interesse público, casos fortuitos ou de força maior, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

Art. 27 As produções intelectuais oriundas dos projetos apoiados pela FAPEMA deverão ser depositadas no Repositório Institucional da FAPEMA, a Plataforma Buriti, em atendimento à Portaria nº 32, de 16 de outubro de 2019, que institui a Política para Acesso Aberto ao Conhecimento Científico da FAPEMA.

Art. 28 A qualquer tempo, a presente Resolução poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, inclusive quanto aos recursos a ela alocados, por decisão unilateral da FAPEMA, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Art. 29 Os casos omissos e contraditórios serão resolvidos pela Diretoria Executiva da FAPEMA.

Art. 30 Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a Resolução nº 03, de 07/03/2022.

Rodrigo Brandão Ferreira
Diretor Administrativo e Financeiro

João Batista Bottentuit Júnior
Diretor Científico

André Luís Silva dos Santos
Diretor-Presidente

Documento assinado eletronicamente por:

1 - Andre Luis Silva dos Santos, PRESIDENTE, em 03/05/2022 às 15:37.

2 - JOÃO BATISTA BOTTENTUIT JUNIOR, CHEFE DA DIRETORIA CIENTÍFICA, em 03/05/2022 às 15:31.

3 - RODRIGO BRANDÃO FERREIRA, CHEFE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, em 03/05/2022 às 15:31.



Este documento foi emitido pela FAPEMA. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://assinador.fapema.br/autenticar> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 09681851232022768

Código CRC: H5M5YVN0NAYYCZDA